

“Associativismo, profissões e políticas públicas-III Seminário Nacional de Trabalho e
Gênero”

Sessão Temática 7-Gênero, reestruturação e precarização nas relações de trabalho

ASPECTOS DO TRABALHO FEMININO NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Dra. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho¹

¹ Graduada e Mestre em História, Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisadora associada
CNPq/Universidade Católica Dom Bosco-Campo Grande/MS

ASPECTOS DO TRABALHO FEMININO NAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Resumo

Objetivamos refletir sobre a categoria trabalho como específica do ser social, isso se justifica pela contribuição às quase inexistentes investigações sobre o trabalho de mulheres que vivem fora das grandes metrópoles brasileiras. A produção realiza-se na vida social, que proporciona as relações necessárias à produção de valores. O trabalho feminino amplia-se com o desenvolvimento do Brasil. A feminização de setores da economia constitui fenômeno vigente nas sociedades dos últimos quarenta anos. Orientação que consiste em promover a reinserção (subordinada) dessas economias no contexto internacional teve origem no Consenso de Washigton (1989), foi implementada a partir de 1990 e aprofundada a partir de 1995. Este processo acelerou a progressão do domínio do capital financeiro no país. A globalização é processo politicamente conduzido, que atende interesses de governos e empresários por meio do estreitamento de laços comerciais com países de economia de menor projeção. A pesquisa utilizou bibliografia na análise do período 1990-2000 e estatísticas dos órgãos oficiais. Os dados indicam um número reduzido de vagas oferecidas para mulheres nos setores primário e secundários da economia e um significativo contingente de vagas no setor terciário. O emprego ofertado caracteriza predomínio do trabalho feminino em atividades de pouca ou nenhuma qualificação.

Palavras-chave: Reestruturação; trabalho feminino; globalização.

Para resgatar o modo de vida das famílias chefiadas por mulheres, não se pode eliminar da reflexão a categoria trabalho, entendida como categoria específica do ser social. Para tanto, recuperamos o raciocínio do filósofo húngaro, György LUKÁCS (1981), que, utilizando o método marxiano, identificou três esferas ontológicas: a inorgânica, da qual surgiu, em determinadas circunstâncias, complexos primitivos fundamentais do organismo vivo que permitiram a produção da segunda esfera, denominada orgânica, na qual o ser se complexificou pela inter-relação com o ambiente. A terceira e última esfera produziu-se pela elaboração humana, trata-se da esfera social na qual o ser humano atingiu o grau mais elevado de sociabilidade.

Para o mencionado pensador, a passagem da esfera ontológica orgânica para a social se realizou por meio de um salto, que foi impulsionado por um elemento central denominado trabalho, processo pelo qual o ser humano transforma elementos da natureza em bens que reproduzem a existência humana. Dessa forma, o ser humano deixou de ser animal e passou a ser Homem. A distinção entre a atividade humana e a de outro animal está na concepção prévia à ação, na realização do trabalho partindo de elaboração racional, o que constitui atividade exclusivamente humana.

A luta pela existência faz-se pela produção da subsistência material, por meio da intervenção humana sobre a natureza. Como trabalho produz as

condições de vida, ele está presente em todas as sociedades. O trabalho é uma ação humana decorrente da capacidade humana de elaboração mental prévia do resultado que se deseja, “No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já estava presente desde o início na mente do trabalhador...” (LUKÁCS, 1981,p.6). A presença da consciência acaba por revelar a superação do instinto e a presença da cognição, distintivo humano.

O trabalho é um instrumento que permite a inteligibilidade do ser. Pode servir como modelo para a compreensão da busca de uma finalidade para o humano e se realiza com a produção e utilização dos meios existentes no sentido da obtenção de um objetivo ou meta pré-determinado. Trata-se, aqui, de colocar em relevo o caráter teleológico da atividade humana, sobretudo a atividade TRABALHO, agora sob enfoque. Contudo, os meios fundamentados no conhecimento, para a consecução dos fins perseguidos, presentes no processo histórico, acabam, muitas vezes, por se sobrepor às necessidades. A esse processo corresponde uma atribuição de significado ao trabalho, por parte do ser social. O produto do trabalho, uma vez revestido de significado, não é mais, meramente, um bem para a satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência do corpo. Os valores, crenças, mitos também são atendidos por tais bens.

Daí, podemos depreender que, se o trabalho objetiva uma finalidade e essa finalidade (socialmente determinada) é uma necessidade estabelecida pelo humano, a transformação da natureza pela utilização dos meios é algo extremamente complexa, pois envolve significados presentes na subjetividade (que é histórica e em permanente mutação) do agente. O saber-fazer da sociedade, a possibilidade de produzir e criar por meio do trabalho faz-se pela criação histórica dos meios, que, em nossa sociedade, passam, não apenas pela evolução da ciência e da técnica, mas também pela qualificação e escolarização do ser que realiza o trabalho.

O ser humano, por meio do trabalho, se caracteriza pela produção dos meios necessários a sua subsistência. Esta não pode jamais ser pensada em termos estáticos e simplesmente biológicos, pois nem estes últimos permanecem imutáveis, sem influência da história. A produção material e espiritual realiza-se na vida social, que proporciona aos seres humanos as relações necessárias à produção de valores, idéias, crenças e mitos, entre outros. A fragmentação dos processos de trabalho e a redistribuição mundial do trabalho na atual fase do capitalismo são alguns momentos do movimento de metamorfose do trabalho nas sociedades contemporâneas, gerando enorme diversidade das formas de trabalho assalariado.

O trabalho realizado pelas mulheres e as modificações verificadas na organização familiar brasileira surgiram, acentuadamente, durante um período de reorganização econômica. Coincidindo com o programa de desenvolvimento do Brasil, que promoveu a ampliação da atividade industrial fez-se a inserção feminina na produção, especialmente executando tarefas até então reservadas aos homens (SAFFIOTI, 1988, p.154).

A População Economicamente Ativa (PEA) revela a participação feminina que realiza trabalho remunerado, durante o período em que se verificaram essas transformações. Tal fato corresponde a uma realidade diferenciada nos vários países do mundo. A variação dá-se em decorrência das

tradições nacionais, religião, estabilidade familiar, situação política, enfim, do momento histórico. No caso específico brasileiro, tivemos a evolução quantitativa exposta a seguir.

Quadro 1: Participação feminina na PEA — Brasil

1872	45,5%
1950	14,7%
1969	17,9%
1970	20,8%
1980	27,5%
1990	35,5%
1997	40,4%
2000	40,0%

Fonte: SAFFIOTI, 1988 (Dados dos Censos); PNAD 1990 e 1997; Censo 2000

Em 1872, as mulheres representavam 81% das pessoas prestadoras de serviços e 78% do total dos trabalhadores industriais. No setor agrícola, as mulheres eram minoria, 25% do total da PEA feminina empregada. Esta reduzida participação derivava da importância da atividade econômica.

Se, no passado mais remoto as mulheres realizavam grande parte do trabalho dentro da família, como donas-de-casa ou serviçais; na periferia do latifúndio, a partir de certo momento, ainda no período colonial, passou a existir uma população pobre, formada por indivíduos livres, que prestavam serviços eventuais na propriedade. Compondo esse grupo, estavam mulheres, que criavam filhos abandonados pelos pais, dedicavam-se ao comércio ambulante de produtos caseiros, serviços de costura, cozinha e prostituição. A maior atuação das mulheres negras alforriadas ou escravas fora de casa era feita no pequeno comércio das vilas e cidades, eram as vendeiras. Nas Minas Gerais no século XVIII, as mulheres foram excluídas de qualquer função política e pública, estando também nos ofícios. Entretanto, elas dividiam com os homens as funções de alfaiataria, tecelagem, panificação, entre outras. Na mineração, apareciam carregando gamelas de pedras para lavagem, vendendo quitutes ou se prostituindo.²

Na história brasileira, a participação feminina no setor industrial sofreu significativas alterações entre os censos de 1872 e 1970. As modificações resultam em grande parte da introdução da tecnologia, como por exemplo, a substituição do tear manual pelo mecânico que contribuiu para a redução da participação feminina (e também masculina) que em 1920 e 1960 caiu para 65,1% e 47,8 %, respectivamente (SAFFIOTI,1981).

Contudo, a feminização de certos setores da economia, como é o caso dos serviços, constitui um fenômeno vigente nas sociedades dos últimos quarenta anos. A política econômica do pós-guerra foi acusada de ser a principal responsável pela inflação e falta de competitividade dos produtos nacionais nas economias periféricas.

² A obra *História das mulheres no Brasil*, organizada por DEL PRIORE traz em vários dos artigos publicados aspectos da trajetória do trabalho feminino no Brasil.

Uma nova orientação, cujo objetivo consiste em promover a reinserção (subordinada) dessas economias no contexto internacional teve origem no Consenso de Washington (1989), tendo sido implementada a partir de 1990, e terrivelmente aprofundada a partir de 1995. Este processo acelerou a progressão do amplo domínio do capital financeiro no país. Em nome da inevitabilidade do processo de globalização³, permitiu-se a recolonização do Brasil, crescentemente mais profunda e aguda.

A palavra global e seu derivado globalização são termos que surgiram no início da década de 1980 em universidades norte-americanas, palavras que, cunhadas, inicialmente, em língua inglesa, invadiram o mundo econômico e a imprensa internacional, acoplando-se ao discurso neoliberal, que preconiza a desregulamentação dos mercados e redução da intervenção do Estado na economia. Efetivamente o conceito de Estado mínimo foi formulado exclusivamente para uso das nações mais pobres.

Refletindo sobre as características e os efeitos da globalização, Paul SINGER (1997) fez uma diferenciação entre as formas negativa e positiva de sua disseminação pelo mundo. Para ele, a globalização deve ser compreendida como mudança qualitativa no processo de internacionalização, que não se faz de maneira uniforme nos planos econômico, político e sócio-cultural. Para países como o Brasil, o autor classificou o processo como uma manifestação negativa pela aceleração na eliminação de tarifas aduaneiras e de outros mecanismos de controle comercial e financeiro.

A condição negativa estabeleceu-se em virtude das gigantescas diferenças entre nações em termos de poder político detido por cada uma delas. A isto se agregou a diversidade dos interesses entre aqueles que, residindo em diferentes países, se sujeitaram às transações internacionais numa ordem sócio-político e econômica em que o protecionismo, para os países pobres, é praticamente anulado por imposição do núcleo orgânico do capitalismo internacional (ARRIGHI,1997). Num primeiro momento, ampliaram-se, ou pelo menos se conservaram as possibilidades de exportação de produtos primários. Em certa medida, ainda hoje, é exatamente a economia agrária brasileira que tem evitado um desastre ainda maior. De outra parte, fecharam-se as portas para a exportação de produtos industrializados e serviços, em razão das políticas protecionistas implementadas pelas nações mais ricas (Estados Unidos e União Européia).

A queda das barreiras de proteção econômica nos países pobres favoreceu a importação indiscriminada de produtos, que suprimindo a produção nacional, reduziram as taxas de crescimento econômico e promoveram o avanço nos níveis de desemprego.

A globalização é um processo politicamente conduzido, que atende aos interesses de governos e empresários por meio do estreitamento de laços comerciais com países de economia de menor projeção. O avanço da

³ O conceito de globalização implica integração de iguais na economia mundial. Como não é isso o que se passa, seria preferível a terminologia francesa, que expressa movimento: mundialização do capital. Todavia, o conceito de recolonização, no qual também existe movimento, revela-se muito mais adequado, na medida em que os países mais pobres, em virtude de sua obediência aos ditames do consenso de Washington, sofreram ainda mais profunda pauperização e se tornam alvo de uma dominação-exploração escancaradamente mais aguda.

globalização articula-se com o desenvolvimento dos equipamentos de comunicação, que são disponibilizados pelo avanço tecnológico. Eles permitiram a agilização das comunicações e a reformulação das estratégias internacionais. Mas esse fenômeno não foi uma novidade particular do século XX, pois o progresso técnico já existia anteriormente. “No século XIX, esses avanços técnicos certamente tiveram efeitos ‘globalizadores’, o barateamento e a aceleração do transporte e da comunicação foram muito maiores com a passagem da carroça e do veleiro” (SINGER, 1997,p.44).

Inserindo, nesta contextualização, as reflexões de François CHESNAIS (1996), podemos verificar que a terminologia globalização e os significados que ela comporta não são neutros. Muito pelo contrário, são expressões que externam uma realidade internacional constituída por um núcleo central e uma periferia adjacente/dependente e explorada.

Considerando a internacionalização da economia, a globalização não é um acontecimento inovador, particular do século XXI. Antes de 1914, o mundo já vivenciou um processo semelhante, com expansão econômica, fusão de empresas, e fortalecimento da burguesia internacional. LÊNIN, teórico e revolucionário russo, escreveu o texto *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, publicado em 1917, para elucidar o processo de expansão econômica e concentração de riquezas nas mãos dos grandes capitalistas mundiais.

Desta forma, a globalização não pode ser vista como sinônimo de difusão da produção industrial e circulação financeira pelo mundo. Muito pelo contrário, o que se internacionalizam são processos industriais de refinada extração de mais-valia e proletarização, que além de não incluírem grandes contingentes de trabalhadores, utilizam o trabalho infantil, a exploração de mulheres, a exaustão do trabalhador em virtude da ampliação de sua jornada de trabalho (horas extras, mais de um trabalho ou emprego, maior intensidade do uso de sua força de trabalho) e a redução das proteções sociais refletidas nas garantias trabalhistas.

A expansão do consumo, que se impõe como elemento globalizante, está fundamentada na concepção e difusão de novos produtos, uma vez que não pode haver carência de bens de consumo. Nossas avós não necessitavam de forno microondas ou processadores de alimentos. Portanto, as necessidades são geradas pela produção, ou seja, socialmente criadas. Não há globalização positiva, que permita o crescimento econômico para todas as nações, na medida em que os governos das nações ricas resguardam suas economias em detrimento da promoção humana em escala mundial. O que efetivamente acontece, além da mundialização dos ativos financeiros, é a mundialização do consumo de bens, interminavelmente produzidos e transformados em necessidades e, juntamente com ela, a exploração de seres humanos para a produção dos bens⁴ que são apresentados, no mercado, em diferentes graus de qualidade.

A globalização da qualidade de vida, que envolveria aspectos

⁴ No livro intitulado *A ilusão do desenvolvimento* (1997), ARRIGHI reconceitua a semiperiferia como estrutura intermediária entre o núcleo orgânico e a periferia da economia capitalista cuja sustentação se faz por um sistema de trocas desiguais caracterizadas por diferenças nos níveis salariais dos produtores.

importantes como saúde e educação, nunca ocorreu, pois a lógica que preside a economia mundial é exatamente a do imperialismo. Quando alguma concessão atinge as zonas periféricas do planeta, ocorre como parte dos projetos neoliberais implementados pelo Banco Mundial ou FMI, alguns com o caráter de medidas emergenciais, cujos objetivos consistem na manutenção da periferia em condições de continuar consumindo. É verdade, todavia, que, nos países mais pobres, só se expande o consumo das camadas privilegiadas. Dentre os pobres, a ampliação do consumo alcança, no máximo, os produtos coreanos e chineses, como confecções de má qualidade.

Globalização, termo construído para manter em escala mundial um projeto de dominação-exploração, possui uma palavra de ordem, adaptação, em todos os campos da vida social: adaptação aos ditames da desregulamentação dos mercados e da liberalização da economia, que funcionam como elementos de reprodução e agudização das desigualdades.

Neoliberalismo e globalização são duas faces da mesma moeda, um projeto que exclui grandes parcelas da humanidade de condições dignas de existência.

O resultado desse movimento, dentro de uma trajetória histórica de mudanças na condição assalariada, foi observado por Robert CASTEL (1998), que caracterizou a questão social pela inquietude sobre a capacidade de manter a coesão de uma sociedade. As pessoas que dependem de intervenções sociais distinguem-se das que são capazes de trabalhar e são tratadas de maneira diferente em função desse critério. Os menos favorecidos, órfãos, indigentes, paráliticos, idiotas e mesmo adultos inteiramente normais são privados do trabalho sem o devido amparo, que deveria ser fornecido pelo Estado na forma de uma assistência efetiva ou da oferta de programas de qualificação e educação continuada.

A condição que se produz e que, traduzida da língua francesa, como desfiliação consiste na ruptura de um tipo de integração primária, que acontece quando o indivíduo não pode mais construir a reprodução de sua existência e assegurar a própria proteção. Faz-se importante ressaltar que trabalhos sobre exclusão social precisariam diferenciar as condições européias das existentes no Brasil, pois para ser excluído é preciso ter sido, no passado, incluído. Cabe, desta sorte, lembrar que enormes contingentes humanos brasileiros jamais foram absorvidos pelo mercado de trabalho e, por conseguinte, pela economia e por todos os segmentos da vida social em geral. Logo, transportar mecanicamente os achados de CASTEL da França para o Brasil encobre falácias. Há, por via de consequência, necessidade de mencionar, com ênfase, a existência dos não-incluídos.

A opção brasileira de engajamento na nova economia-mundo teve início com uma tentativa de adequação da economia nacional, de forma veloz e desgovernada, por meio de medidas de favorecimento das importações e privatização de empresas públicas, iniciada no governo Fernando Collor, atendendo aos ditames do Consenso de Washington de 1989. Desde então, 1990, e particularmente a partir de 1995, com o presidente-sociólogo, o país acelerou modificações nas relações de trabalho, isto é, a chamada flexibilização, que, entre outras mudanças, provocou o aumento desmensurado da terceirização de trabalhadores e trabalhadoras em certas atividades.

A ampliação do setor de serviços fez-se em conjunto com uma crescente desregulamentação dos contratos de trabalho, contribuindo para a perda de garantias trabalhistas histórica e duramente conquistadas. O governo do presidente-sociólogo muito contribuiu, em termos negativos, para agudizar os efeitos nefastos da globalização, haja vista, a enormidade de privatizações realizadas juntamente com a desregulamentação do mercado financeiro; resultando em maior fragilização do país na ordem econômica internacional.

Além do caráter fraudulento das privatizações, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, há que acrescentar a aceitação em “pagamento” do patrimônio estatal em moedas podres e numerosos empréstimos às empresas privadas nacionais e multinacionais em que se transformou o referido patrimônio por parte do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Neste cenário cresceu a presença do contingente feminino no mercado de trabalho, pela adoção de formas alternativas de produção, representadas pelo trabalho eventual, sub-contratado e desprovido de proteção legal.

Na tentativa de conciliação das responsabilidades familiares e do trabalho remunerado, expandiu-se o trabalho realizado no próprio domicílio das trabalhadoras. O mercado aproveita-se das qualidades femininas, entre elas a submissão e a polivalência, nos níveis mais altos de qualificação, e a capacidade gerada na mulher pelo tipo de socialização recebido e pelas atribuições sociais a ela conferidas pela sociedade, ou seja, a de poder realizar múltiplas tarefas simultaneamente. Trata-se, assim, da trabalhadora multitarefa. A que, maior credibilidade atribuída às mulheres tem sido explorada para vender produtos bancários, dentre outros, e, até mesmo, para promover candidatas e candidatos nos processos eleitorais.

As mulheres, mesmo as que assumem tarefas até então masculinas, o fazem com a manutenção do caráter de subordinação. Na prática, a participação feminina no mercado de trabalho insere-se no processo da globalização, com o auxílio da flexibilização, que permite beneficiar patrões, maximizando seus lucros por meio da baixa remuneração paga aos contingentes femininos de trabalhadores. As mulheres são alocadas em tarefas menos qualificadas, mais repetitivas e, por vezes, especializadas, nas quais em tese, pouco interferiria a baixa escolaridade.

Entretanto, concretamente falando, a crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho tem sido possível graças ao fato de elas apresentarem número maior de anos de escolarização e desempenharem funções menos qualificadas. Com efeito, as trabalhadoras são mais escolarizadas que os trabalhadores. Não obstante, recebem, em média, pouco mais de 60% dos salários masculinos. Até mesmo quando desempenham funções iguais às dos homens, sua remuneração é inferior.

A implantação de novos processos produtivos, que utilizam equipamentos tecnologicamente mais sofisticados e trabalhadores altamente qualificados, atinge, de forma diferenciada, homens e mulheres, pois a organização do trabalho reflete as imagens de gênero existentes na sociedade, as quais inferiorizam as mulheres e acabam por impulsionar novas práticas, no mesmo sentido da discriminação. Até há poucos anos atrás, pensava-se, escrevia-se —e, de fato, isto ocorria—, que as mulheres eram sempre as

primeiras a sofrer demissão.

O momento histórico vivido pelo Brasil da reestruturação, porém, obriga a(o) cientista social a reconhecer que, quebrada a espinha dorsal do sindicalismo —no passado, muitos sindicatos, dominados por homens, lutaram contra o emprego de mulheres, visando à preservação dos postos de trabalho masculinos—, o contingente feminino da PEA tem conseguido, de forma mais ou menos satisfatória, continuar a ganhar o pão de cada dia. Isto provocou grandes transformações, algumas das quais pioraram, enormemente, a qualidade de vida das trabalhadoras. Haja vista, a elevação dos níveis de violência doméstica em lares cujos homens já não logram preencher o papel de provedores das necessidades materiais de suas famílias, seja em virtude da irrisória remuneração que percebem, seja pelo desemprego aberto ou oculto que enfrentam. Seu sentimento de impotência é tão grande, atingindo, em muitos casos, seu desempenho sexual, que responde, pelo menos parcialmente, mas em boa medida, pela violência por eles perpetrada contra suas companheiras.

Cabe registrar, também, a busca de emprego, ou trabalho desenvolvido em seus próprios domicílios ou nos daqueles a quem prestam serviços, por parte de mulheres donas-de-casa como estratégia para enfrentar a perda do poder aquisitivo dos salários masculinos. A queda sistemática da capacidade aquisitiva de trabalhadores em geral responde, em grande medida, pelo crescimento da PEA feminina ocupada.

No mercado precarizado, as mulheres aceitam facilmente a instabilidade do emprego, menores salários e o exercício de tarefas conducentes a doenças profissionais, como os casos de LER, que resultam da execução de esforços repetitivos nos postos de trabalho subalternos (digitação nos bancos, por exemplo, mas também atividades repetitivas no campo fabril e tornam as mulheres inaptas até para as atividades domésticas. No caso específico do Brasil, pesquisas de Cristina BRUSCHINI (1988; 1995; 1996) tratam do trabalho feminino e discutem a participação das mulheres no mercado de trabalho, analisando dados apresentados nas PNADs e Censos. A urbanização, as mudanças no comportamento feminino, a expansão quantitativa, com queda apreciável de qualidade, da escolaridade, a necessidade de completar renda ou ampliar consumo são apontadas pela pesquisadora como fatores que, ironicamente facilitaram o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho e na PEA ocupada.

Além dos fatores apontados anteriormente, o setor público da economia apresentou uma expansão nos anos 1980, juntamente com todo o setor terciário, principalmente nas regiões menos industrializadas, absorvendo um maior número de trabalhadoras. No nordeste brasileiro concentrou-se a maior mão-de-obra feminina no setor público. No sul, encontraram-se mais alternativas de emprego e, mesmo assim, as atividades eram pouco rentáveis e sem o amparo da economia formal, ou seja, da legislação trabalhista e previdenciária. As diferenças regionais acentuaram, no país, a desigualdade instalada no cenário de um mundo globalizado, contendo trocas desiguais, graças aos desníveis nacionais e internacionais entre os salários.

Tal fato pode ser averiguado quer entre trabalhadoras(es) de países do núcleo orgânico e de nações periféricas ou semiperiféricas como entre

trabalhadoras e trabalhadores. Obviamente, são as categorias sociais mais discriminadas os alvos privilegiados de baixas remunerações, de condições precárias de trabalho, com alto grau de insalubridade muitas vezes, de intermitência na atividade laboral, para não mencionar violências como, no caso de contingentes femininos, o assédio sexual.

Passemos adiante, com o objetivo de mostrar como alguns desses aspectos se apresentaram na população urbana do Mato Grosso do Sul. Usaremos, para tanto, as PNADs de 1990, 1995, 1998 e o Censo de 2000. Sobre a população urbana ocupada e sua composição por sexo, obtivemos os seguintes dados expostos a seguir.

Tabela 1: Pessoas ocupadas por sexo, na área urbana, nos anos de 1990, 1995 e 1998 — Mato Grosso do Sul

ANO	URBANA MS	HOMENS		MULHERES		
		%	TOTAL	%	TOTAL	%
1990	599 848	100,00	386 025	64,3	213 823	35,7
1995	713 878	100,00	429 737	60,2	284 141	39,8
1998	744 500	100,00	447 028	60,0	297 472	40,0

Fonte: IBGE, PNAD 1990, 1995 e 1998.

O total da população ocupada em área urbana, no Mato Grosso do Sul, cresceu 19%, no período 1990-1995; 4,2% no período 1995-1998. Esta elevação representa uma redução de 6,4% na taxa de ocupação masculina e um aumento de 11,5% na ocupação feminina, no período 1990-1995 e 0,3% de redução na ocupação masculina e aumento de 0,5% na ocupação feminina, no período 1995-1998.

O Censo Demográfico de 2000, considerando pessoas economicamente ativas com mais de 10 anos de idade, totalizou 971.011 pessoas ocupadas no Estado e, dentre elas 364.227 mulheres e 606.783 homens, que, em termos percentuais, correspondem, respectivamente, a 37,6 % e 62,4% da PEA. A variação nas taxas de ocupação acentuaram-se com a introdução de faixa etária na análise dos dados, resultando na distribuição a seguir exposta.

Tabela 2: Pessoas ocupadas por sexo em área urbana, segundo grupos de idade, Mato Grosso do Sul-1990,1995 e 1998

GRUPOS DE IDADE	HOMENS			MULHERES		
	1990	1995	1998	1990	1995	1998
10 a 14 anos	4,2	3,5	3,0	3,6	4,4	1,6
15 a 19 anos	14,0	13,2	10,4	14,6	11,3	7,9
20 a 24 anos	15,4	13,5	11,8	16,5	14,1	13,6
25 a 29 anos	13,2	12,4	13,5	14,4	14,6	13,3
30 a 39 anos	22,8	24,5	25,1	27,6	27,0	31,2
40 a 49 anos	16,0	17,4	18,6	15,4	18,0	20,3
50 a 59 anos	9,5	10,5	10,8	6,3	7,6	9,1
60 anos ou mais	4,9	5,0	6,8	1,6	3,2	3,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD 1990, 1995 e 1998.

Podemos observar, nos dados compilados, que as mulheres entre 30 e 39 anos apresentaram maiores taxas de ocupação. Verificamos, também, uma tendência de expulsão dos jovens entre 15 e 19 anos do mercado de trabalho. Já entre a população adulta, com mais de 25 anos, os números apresentaram elevação das taxas para homens e mulheres, exceto no grupo que tem entre 25 e 29 anos, tendo havido nele uma retração de 6,0% para a ocupação masculina em 1995 e 8,9% na ocupação feminina em 1998. Dentre as mulheres mais velhas, acentuou-se de forma mais significativa o ingresso na PEA, ocupada registrando-se um aumento de 16,9% entre os anos de 1990-1995 para as mulheres entre 40 e 49 anos e de 12,7%, para o mesmo grupo, nos anos de 1995-1998.

Trazendo o foco de análise para Campo Grande e, utilizando uma pesquisa sobre desempenho do mercado de trabalho feita no município, pudemos identificar o tipo de inserção que as mulheres têm no referido mercado. Os dados da tabela abaixo, os mais atualizados que obtivemos à época, foram compilados pela Prefeitura de Campo Grande, partindo de informações das agências de emprego; dos classificados dos jornais de grande circulação na cidade e do balcão de emprego da Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho. Eles têm como base o ano de 1998 em que as vagas ofertadas distribuíram-se da forma que se segue:

Tabela 3: Oferta de vagas por setor econômico, segundo sexo em Campo Grande, 1998

SEXO / SETOR	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
Feminino	02	2,2%	44	6,4%	1.175	42,2%
Masculino	83	90,2%	613	89,9%	561	20,2%
Ambos os sexos	07	7,6%	25	3,7%	1.047	37,6%
Total	92	100%	682	100%	2.783	100%

Fonte: PMCG-SAST 1998.

Os dados indicam um número reduzido de vagas oferecidas para mulheres nos setores primário e secundário da economia e um significativo contingente de vagas no setor terciário, no qual 42,2% do total de empregos oferecidos foram destinados ao comércio e serviços domésticos.

Concluimos que o tipo de emprego ofertado caracteriza um predomínio do trabalho feminino em atividades de pouca ou nenhuma qualificação, atreladas, como no caso dos serviços domésticos, às atividades historicamente atribuídas às mulheres.

A forma de contratação da mão-de-obra feminina permitiria outras análises por meio de uma incursão no terreno do empobrecimento da população que depende dessa fonte de rendimento, pois os empregos oferecidos para as mulheres são aqueles que pagam os menores salários. Contudo, esse não foi o objetivo deste nosso trabalho, focado em demonstrar como durante os anos 1990 comportou-se a contratação feminina no mercado formal de Mato Grosso do Sul.

Bibliografia

- ABRAMO, Laís. América Latina Políticas de recursos humanos Y modernización Productiva. In: TODARO, Rosalba; RODRIGUEZ, Regina (editoras). **El trabajo de las mujeres en el tiempo global**. Santiago: Isis Internacional, nov.1995.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BLASS, Leila M. da Silva. **Trabalho e suas metamorfoses**. São Paulo, 1998. (texto não publicado).
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRESCIANI, Luís Paulo. Flexibilidade e Reestruturação: O trabalho na encruzilhada. In: **São Paulo em perspectiva**. 11/1: 88-97, mar.1997.
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho: Uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, Nanci Valadares (org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. **O trabalho da mulher no Brasil: Comparações regionais e considerações sobre o Mercosul**. São Paulo: FLACSO, 1995 (mimeo.).
- CABRAL, Paulo Eduardo. **Formação étnica e demográfica**. In: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEL PRIORE, Marie (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto-Unesp, 1997.
- FRANK, Andre Gunder. **Acumulação mundial 1492-1789**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.
- HIRATA, Helena. **Globalização, trabalho e tecnologias: Uma perspectiva de gênero**. Rio de Janeiro, 1997. (texto não publicado).
- LUKÁCS, György. O trabalho. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981. Tradução de Ivo Tonet. (texto não publicado).
- MADEIRA, Felícia. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas. In: **São Paulo em perspectiva**, 10/2:3-8, jun.1996.
- RIBEIRO (Coutinho), Dolores Pereira. **A produção da vida: um estudo sobre mulheres chefes de famílias**. São Paulo, 2002. Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. **Emprego Doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher**. São Paulo: Ucitec. 1981.
- _____. Movimentos sociais; a face feminina. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. **Gênero e patriarcado**. São Paulo, 2000. (texto não publicado).
- SAFFIOTI, Heleieth I. B AMMANN, Safira Bezerra. Mulher: Trabalha mais, ganha menos tem fatias irrisórias de poder. In: **Revista serviço social e sociedade**. 55: 84-104 São Paulo: Cortez, nov.1997.
- SINGER, Paul. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. In: **Novos Estudos**. 48:39-65. São Paulo: CEBRAP, jul./1997.